

MARIO SAVIOLI

A COTIA DAS DUAS CAPELAS



São Paulo – SP

2022

Sumário



Apresentação..... 9

Prefácio..... 13

Introdução 21

CAPÍTULO I

O século entre fundação do Colégio de São Paulo à primeira capela de N. S. do Monte Serrat da Cotia..... 29

1.1. A UNIÃO DAS COROAS 29

1.2. SÃO PAULO ENTRE A VILA DE SÃO VICENTE E LA MUY NOBLE Y LEAL CIUDAD DE NUESTRA SEÑORA SANTA MARÍA DE LA ASUNCIÓN 34

1.3. A BOTADA DOS PADRES FORA 48

1.4. O REI DE SÃO PAULO 59

1.5. CAMARGOS E PIRES 62

CAPÍTULO 2

A Capela do Caiapiá 75

2.1. A ORIGEM DO NOME DO POVOADO 75

2.2. O PADROADO, VIGÁRIOS COLADOS, CAPELAS CURADAS OU PARÓQUIAS E AS APLICAÇÕES 81

2.3. A CAPELA DE DIOGO DA COSTA TAVARES OU DO CAIAPIÁ 87

| | |
|---|-----|
| 2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CAPELA NO CAIAPÍÁ PELO CAPITÃO DIOGO DA COSTA TAVARES | 103 |
| 2.5. PIRES, MOREIRAS, LEMES, GODOYS E BICUDOS: POVOADORES AO LONGO DO ACUTIHY NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII | 109 |

CAPÍTULO 3

A Capela do Espigão 133

| | |
|---|-----|
| 3.1. UMA FREGUESIA E DUAS CAPELAS | 133 |
| 3.2. O FIM DA FREGUESIA NO CAIAPÍÁ | 151 |
| 3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA CAPELA PARA AS TERRAS DO CORONEL ESTEVÃO LOPES DE CAMARGO..... | 159 |
| 3.4. A CAPELA DE ESTEVÃO LOPES DE CAMARGO..... | 170 |
| 3.5. OS VIGÁRIOS DAS CAPELAS E OS PADRES VISITADORES | 187 |

Cronologia 203

Bibliografia 227

Apresentação



É necessário situar o arquiteto Mario Savioli, agora também historiador e autor deste livro, *A Cotia das Duas Capelas*, no contexto regional metropolitano, como responsável pelo resgate da história de Cotia, quase perdida em documentação esparsa e pouco preservada, como é comum em nossa região e por que não dizer no Brasil. Todavia, não é suficiente escrever a história como mera descrição de acontecimentos sem que haja uma intenção de colocar a geografia da organização urbana como cenário estruturador do desenvolvimento local. Por mais correto como historiador que tenha sido, Mario Savioli jamais deixou de pensar como arquiteto e urbanista ao mostrar os acontecimentos dentro de uma estruturação regional.

Os primeiros planos diretores dos municípios da região metropolitana foram reelaborados por conta da imposição obrigatória manifestada na Constituição Federal de 1988 que, ao mesmo tempo, consolidou de forma efetiva, a autonomia dos municípios e ainda lhes conferiu a capacidade de auto-organização pelo reordenamento de suas próprias leis orgânicas, complementadas pelo incremento de sua autonomia financeira e territorial. É importante que os municípios, nessa Constituição,

tenham sido reconhecidos como entes integrantes da federação. No entanto, antes mesmo dessa obrigatoriedade constitucional, a Emplasa – Empresa Metropolitana de Planejamento – órgão de Planejamento da Região Metropolitana de São Paulo, já administrava o planejamento municipal por meio de diretrizes rígidas que organizavam a distribuição de obras, através de recursos e benefícios dirigidos a cada um dos municípios, levando em consideração os interesses regionais e metropolitanos. Assim foi, e em certos aspectos continua a sê-lo, sobretudo nos municípios que definem as áreas de proteção e recuperação dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo. Entretanto, o modelo de planejamento e controle, que vigorou antes da promulgação da constituição federal de 1988 e que priorizava questões regionais e metropolitanas, limitava e, por vezes, ignorava a participação e os interesses dos municípios e de suas administrações. Poderia ocorrer que o planejamento municipal, além do enfrentamento dessas dificuldades, se postasse diante de propostas dessemelhantes entre zonas municipais confrontantes e de usos adversos e conflitivos, o que tornava necessário que as condicionantes genéricas impostas pela Emplasa levassem em consideração, não apenas as peculiaridades locais, mas também o seu planejamento por meio de estudos detalhados no que concerne às suas áreas limítrofes. À época, os diretores de planejamento dos municípios reuniram-se para discutir o planejamento intermunicipal das regiões centro-oeste e sudoeste metropolitanas, em busca de propostas claras que atendessem às demandas municipais provenientes do processo de metropolização que abduzia a qualidade de vida desses municípios sem, no entanto, comprometer o processo de planejamento da metrópole.

Em 1989, foi apresentada a proposta da criação de um instituto de planejamento regional e desenvolvimento urbano – onde a Emplasa participaria como membro – assinada, à época, pelos diretores de planejamento de cada município

Prefácio



Meu encanto à primeira vista do livro “*A Cotia das duas capelas*” de Mário Savioli foi a maravilhosa construção da narrativa que parte da Península Ibérica, atravessando os sertões do Novo Mundo, no período da união das coroas (1580-1640), até atingir o planalto de Piratininga em plena guerra entre as duas mais importantes famílias, os Pires de Portugal e os Camargo da Espanha. Contar a história de Cotia a partir de duas capelas, a primeira dos Pires e a segunda dos Camargo nos faz imergir nessa grande história.

Até parece que a linha do tempo narrada por Savioli segue a correnteza do Rio Tejo, que nasce na Espanha e atinge o Atlântico em Portugal. Como escreveu o poeta Alberto Caeiro (“O Guardador de Rebanhos”):

Pelo Tejo vai-se pelo mundo.

Para além do Tejo há a América.

E a fortuna daqueles que a encontram.

Ninguém nunca pensou no que há para além

Do rio da minha aldeia.

Na costa atlântica da América espanhola deságua o Rio Paraná, que recebe as águas do Rio Tietê em terras de Portugal. O Rio Cotia deposita suas poucas águas no Tietê. É o rio da aldeia do autor e o texto nos mostra “*no que há para além*”.

No século XVI, duas grandes esquadras chegaram à Capitania de São Vicente. A primeira foi a Armada de Martim Afonso de Souza em 1532, enviada pelo rei de Portugal, que marcou o início da colonização do Brasil com a fundação de São Vicente. Deixou alguns colonos, entre eles João Pires, seu filho Salvador Pires e o primo Jorge Pires, que serão o embrião de um clã poderoso de sertanistas de Piratininga.

A segunda esquadra foi a de Diogo Flores Valdez, a mando do rei Felipe II da Espanha e I de Portugal, logo após a unificação das coroas em 1580. Valdez tinha como meta fortificar o Estreito de Magalhães, levar povoadores para o Chile e combater os corsários ingleses e franceses na costa do Brasil. A missão no Estreito e no Chile foi um fracasso com perdas de várias embarcações. Em 1582, parte da frota encontrou no Porto de Santos a nau do inglês Edward Fenton, e travaram combate com a perda da nau espanhola Santa Maria de Begónia. Impossibilitado de fazer fortificações no Estreito, Flores Valdez decidiu construir um forte na entrada da Barra Grande de Santos, onde deixou 100 homens, afinal, não haviam suprimentos, nem navios suficientes, para o retorno de todos à Espanha. Por aqui ficaram compulsoriamente, além do sobrinho do próprio Valdez, que se casou com filha do Capitão Jerônimo Leitão, o carpinteiro sevilhano Bartolomeu Bueno e Jusepe Camargo da região de Burgos. Quase todos abandonaram o forte, pois não tinham soldos, e subiram para Piratininga, onde deram origem a gerações de sertanistas com tronco familiar espanhol unificado pelo casamento dos filhos.

Introdução



Este livro foi escrito com o rigor acadêmico após intensa pesquisa. A biblioteca tradicional, com dezenas de pequenas notas sobre a Cotia dos séculos XVI e XVII, dispersas em diversos autores e documentos, não conseguiria levar à contento a elaboração de um trabalho cuidadoso, além do que já foi publicado, não fosse o uso da internet, onde foram encontrados estudos recentes, documentos primários, subsídios e atualizações da história e da geografia do assentamento humano e seriam relegadas as mais valiosas contribuições que revolveram a memória paulista. E mais, raros foram os historiadores da região que buscaram o todo para discorrer sobre os detalhes e este livro não dispensou o conhecimento deles.

A documentação assim levantada formalizou os acontecimentos que transformaram a região do vale do rio Cotia sem que fossem colocados de maneira simplista e absoluta. Contar esse processo de colonização envolveu a análise dos séculos XVI a XVIII, a começar por Portugal e Castela e suas relações com outros países europeus, com a Igreja, com as associações que controlavam o comércio mundial. Todos tiveram relevância na estruturação do planalto e na expansão do território.

Basta tomarmos como exemplo as informações sobre a lavoura dos termos da Cotia à medida que iam sendo ocupadas as terras do vale do rio, onde foi fabricada a capela de Nossa Senhora do Monte Serrat e que teve grande importância quando do plantio do trigo. Incentivado pelo então sétimo governador geral do Brasil, d. Francisco de Souza, que buscou desenvolver a colônia à serviço do rei de Castela, o planalto estabeleceu uma agricultura comercial atrelada ao trigo quando ele importou da província argentina as sementes que geraram as grandes lavouras paulistas de trigo.

Não bastasse o desconhecimento da história como um todo e a limitação imposta apenas pelo conhecimento de detalhes divulgados sem critérios e sem pesquisas, parte das informações não anotadas e deixadas à deriva na transmissão oral foram se esgarçando nos tropeços da memória, distorcendo a linha do tempo e confundindo aqueles envolvidos no processo histórico.

A história não é somente contada através de certidões, de testamentos ou pela Igreja, em sacramentos e assentos, até mesmo nas atitudes e viagens dos seus membros. É contada também através dos movimentos indiretos que cercam os fatos. Uma informação não precisa ser usada apenas com o aval que seus créditos lhes dão, mas pelo leque de conjecturas que denota e o que não lhe for justa, deve ser descartada, ao menos o que não conferir com os fatos. Nem todas as informações são acessíveis como fontes primárias, embora sejam substanciais para embasarem a história. Houve o cuidado de se destacar os textos que não foram levantados assim e que constam em trabalhos de outros autores, com informações nem sempre de origem comprovadas, mas apropriadas pela integridade dos mesmos no meio acadêmico e pela coerência que trazem no contexto em que estão inseridas.

*O século entre fundação
do Colégio de São Paulo à
primeira capela de N. S. do
Monte Serrat da Cotia*



1.1. A UNIÃO DAS COROAS

A dinastia filipina subiu ao trono português na crise sucessória de 1580, aberta com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibirem em 1578.

Sem descendentes e com a derrota imposta pela Espanha ao único e legítimo sucessor, o seu tio-avô, cardeal-rei d. Henrique, Filipe II, rei de Espanha, assumiu a coroa de Portugal em 1580, como Filipe I, governando a União Ibérica até 1598. Seu sucessor, Felipe II, herdou os impérios até 1621 e Felipe III até 1640, quando houve a “restauração portuguesa”.

A união ibérica causou o rompimento de Portugal com as Províncias Unidas (depois Holanda) que haviam conquistado a sua independência ainda em 1579 (União de Utrecht). Parceiros comerciais dos portugueses de longa data, a guerra

que levavam contra a Espanha fez com que rompessem essa relação. A luta prosseguiu por mais trinta anos, até que a trégua dos doze anos fosse estabelecida em 1609.

Os holandeses promoviam contra a Espanha a luta pelo controle do açúcar, já que dominavam o comércio pelo mar e sem isso seria impossível sua distribuição pela Europa. Finda a trégua, em 1621, como consequência, a Holanda invadiu Pernambuco e grande parte da região nordestina envolvida com o açúcar no Brasil, rompendo o monopólio dos produtores portugueses e grupos financeiros que controlavam o comércio europeu ao derrubar os preços do açúcar pela metade.³

Se os reinados de Filipe I e II até 1621, foram relativamente pacíficos, o de Filipe III trouxe um crescente descontentamento. Além das guerras que ceifaram muitas vidas portuguesas, dos altos impostos que custeavam parte de uma Espanha em declínio e dos cargos perdidos para esses mesmos espanhóis junto com os privilégios correspondentes, a economia em decadência, pela invasão dos holandeses nas áreas produtoras de açúcar no Brasil e a perda das possessões no oriente para holandeses e ingleses, causou o declínio do comércio e o empobrecimento da burguesia portuguesa.

De Reino Unido, Portugal aparentava ser mais uma província da Espanha. Obrigado a participar da desastrosa política dos espanhóis na Europa, saiu arruinado, com sua marinha destruída e seu império colonial desmoronado. Sem o comércio asiático, sobraram-lhe algumas diminutas e inexpressivas colônias no Oriente, outras poucas na África e o Brasil, onde os

//////////

³ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 16, 17.



holandeses haviam se instalado em 1630, colocando em risco a soberania portuguesa.⁴

“A política espanhola estava orientada no sentido de transformar as colônias em sistemas econômicos o quanto possível auto-suficientes e produtores de um excedente líquido- na forma de metais preciosos- que se transferia periodicamente para a metrópole”⁵, o que provocou o crescimento do Estado e “o enorme aumento no fluxo de renda pelos gastos públicos ou gastos privados subsidiados pelo governo”⁶. Isto causou um contínuo déficit da balança comercial, quando as importações superaram as exportações e provocou uma inflação crônica. Se a Portugal coube o êxito da empresa colonizadora agrícola, a decadência da economia espanhola aconteceu pela descoberta dos metais preciosos.⁷

Sem embaraços no comércio e com liberdade no trato das relações exteriores, ao liberalismo econômico de um Portugal pouco cuidadoso com o andamento da colônia, advieram as restrições e a autoridade características das políticas do domínio espanhol, restabelecendo o conselho ultramarino em 1642. Esse rigor colocava a metrópole nas rédeas das decisões políticas e econômicas da colônia, principalmente, com o objetivo de recuperar a perda das riquezas.

As revoltas de 1631 e 1637 já haviam demonstrado o pensamento português em relação ao domínio espanhol. Nesse

////////////////////////////////////
⁴ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 49.

⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 13.

⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 14.

⁷ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 14, 15.

A Capela do Caiapiá



2.1. A ORIGEM DO NOME DO POVOADO

O conhecimento da formação do povoado, assentado talvez à margem esquerda do rio que nasce no planalto cristalino de Ibiúna, passa pela origem de sua toponímia que certamente assimilou o nome do rio.

O rio Cotia trouxe o nome do tupi aku'ti (aquele que come em pé)⁷⁵, animal que talvez fosse encontrado em grande número nas suas matas ciliares. Na análise da etimologia do vocábulo cotia, segundo Houaiss, André Thevet⁷⁶ registra esta palavra sob a forma agoutin, num livro em francês de 1557, referindo-se ao animal.

////////////////////////////////////

⁷⁵ SAMPAIO, Teodoro *in* STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1974. p. 63.

⁷⁶ Estudioso de Cosmografia e Cartografia, Thevet tornou-se cosmógrafo do rei da França, Henrique II em 1558. Chegou ao Rio de Janeiro na frota do Almirante Villegagnon e aqui permaneceu de novembro de 1555 a janeiro de 1556, estudando a natureza os indígenas.

Há, também, a tese do historiador português João Barcellos⁷⁷, onde mostra que o nome Cotia se originou em koty⁷⁸ e que significa local de habitação ou, numa definição mais ampla, ponto de encontro. Não se descarta que houvesse uma ou outra centralidade à beira de um caminho, fosse uma venda, um serviço qualquer ou simplesmente uma parada, onde os roceiros eventualmente se encontrassem, nunca muito distantes de suas roças. Um bebedouro num meandro, uma nascente de água potável, o vau onde o caminho cruzava a corrente ou mesmo uma ponte. Como respaldo a essa posição, o nome Cotia pode ser encontrado disperso em algumas partes do território brasileiro e que aparece sob diferentes formas, como Cotiporã (lugar bonito), no Rio Grande do Sul, ou simplesmente Cutia, em local citado por Hans Staden⁷⁹, próximo à ilha de Florianópolis.

O verbete cotia é de 1576 e logo em seguida, em cerca de 1584, vem cutia, sendo ambas formas aferéticas, isto é, com a supressão da primeira letra em relação ao tupi. Ocorrem também formas mais próximas do étimo, ou seja, o termo que serve de base para a formação da palavra, do qual resultam acuti, acuchi, aguti, acouti. A alternância entre as grafias cotia e cutia deve-se ao nítido caráter variável da vogal média em posição pretônica (antes da tônica) ou seja, do “u” ou do “o”⁸⁰. Também há a forma histórica de cutias, datada de 1792.

//////////
⁷⁷ BARCELLOS, João. *Cotia: Uma História Brasileira*. São Paulo: Edicon, 2011. p. 43.

⁷⁸ SAMPAIO, Mario Arnaud. *Vocabulário Guarani-Português*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 91

⁷⁹ STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/ Universidade de São Paulo, 1974. p. 60, 63.

⁸⁰ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva 2009

O vocábulo, como topônimo, é citado em inventários e testamentos oriundos do século XVI na Vila de São Paulo, com outras formas além daquelas apresentadas por Houaiss.

O testamento do capitão Pedro Dias Paes Leme, morto em 1633, indica como um dos seus bens de raiz “*meia légoa pelo Rio de **Cuty** arriba, nas cabeceiras das terras dos índios*”. Maria Luiz, falecida em 1646, casada com Antônio Barbosa Calheiros, teve o seu inventário e testamento em “*em **Acuty** termo da vila de São Paulo, em casa de Bartolomeu Esteves...*” e a filha natural do capitão Braz Esteves Leme, Felipa Leme, teve inventário e testamento em “***Cutih***”, termo da Vila de São Paulo, em 1636. O capitão João de Godoy Moreira declara em seu inventário de 1665, que “seu pai deixou o remanescente de sua terça à sua filha e com isso ficou com mais terras além daquelas divididas com outros herdeiros *nas terras donde moro que são as de **aCutihy**...*”. Nesse mesmo testamento, declarou no codicilo que havia prometido terras ao seu genro: “... *mando a meus herdeiros que lhe fassam escritura pois eu lha não fiz que é onde tem o sítio e por sua morte coube a sua mulher Anna Lopes que corre a testada pelo rio de **acutihy** conforme a Carta*”. Ainda fechou o testamento indicando um livrinho de acerto de contas feito em 1661: “*aos dois dias do mes de fevereiro ano do Sôr de 1661 em **acutihy** na minha fazenda. João de Godoy Mor*”.

Novamente acontecem as formas aferéticas, isto é, com a supressão da primeira letra: do testamento de Maria Luiz, **Acuty** e do testamento do capitão Pedro Dias Leme, **Cuty**. Do testamento do capitão João de Godoy Moreira, **Acutihy** e do testamento de Felipa Leme, **Cutih**.

A gramática do tupi de Eduardo de Almeida Navarro em Curso Elementar de Tupi Antigo⁸¹ esclarece que os radicais í ou

////////////////////////////////////

⁸¹ NAVARRO, Eduardo de Almeida. Método Moderno de Tupi Antigo – a Língua do Brasil dos Primeiros Séculos e Dicionário de Tupi



A Capela do Espigão



3.1. UMA FREGUESIA E DUAS CAPELAS

A elevação da capela de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia à curada e depois à freguesia são as ocorrências mais importantes do povoado do caiapiá durante o seu estabelecimento. E, embora não haja referências primárias que certifiquem estes acontecimentos, são outros recursos que conduzem às conclusões. A história não é somente contada através de certidões, de testamentos ou pela Igreja, em sacramentos e assentos, até mesmo por atitudes e viagens dos seus membros. É contada também através dos movimentos indiretos que cercam os fatos. Uma informação não precisa ser usada apenas com o aval que seus créditos lhes dão, mas pelo leque de conjecturas que denota e em não sendo justa, deve ser descartada, ao menos os detalhes quando não conferem com os fatos.

A pesquisa sobre a expansão e ocupação da região ao oeste de São Paulo fez com que o historiador Ernani Silva Bruno apontasse o opulento sitiante Pedro Vaz de Barros, o Pedro Vaz Guaçu, como fundador de São Roque e no mesmo período mencionou a elevação da capela de Nossa Senhora do Monte

Serrat da Cotia à curada em 1662. A informação de que Pedro começou o núcleo da Cotia, conforme apresentam alguns autores, referenciados em “Viagem ao País dos Paulistas”, não corresponde àquilo que ele publicou em 1966. Ernani descreve parte da expansão de São Paulo em direção à oeste, no trecho que segue:

*Ainda em meados do século (na. século XVII), entre Parnaíba e Sorocaba- também no vale do Tietê- emergiu a fundação da povoação de São Roque, fundada pelo grande fazendeiro Pedro Vaz de Barros. E entre São Roque e São Paulo de Piratininga **começou a se formar o núcleo de Cotia, capela curada em 1662 e vila em 1684.***¹⁶³ (na. 1. Apenas com a ausência do pronome reflexivo “se” é que o texto sugeriria que Pedro Vaz de Barros começou o núcleo de Cotia. 2. Se a elevação à capela curada tem data presumivelmente correta, a data de elevação à vila não confere, já que aconteceu em 1856).

A documentação que precede as formalidades para ereção da capela de Nossa Senhora do Monte Serrat de Salto comprova que a fundação da capela de Nossa Senhora do Monte Serrat da Cotia aconteceu em terras do capitão Diogo da Costa Tavares. Nascido em 1614 e falecido em 1659, Diogo era bem mais velho que Pedro Vaz Guaçu, nascido em torno de 1623 e falecido em 1676. Por volta de 1638, quando Diogo veio de Portugal, em data próxima da posse de suas terras às margens do rio Cotia, tinha a idade de 24 anos, enquanto Pedro estava perto de 15 anos. Na hipótese de existência anterior da capela ou mesmo, durante o período da sua construção, Pedro seria ainda mais jovem e pode ter acompanhado os acontecimentos

//////////

¹⁶³ BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 62.



pela relação de parentesco e mesmo de afinidade com a família do capitão Diogo da Costa Tavares. Pedro Vaz de Barros, o Guaçu, com testamento em 1644, era filho do capitão-mor governador Pedro Vaz de Barros de mesmo nome e casado com Luzia Leme, irmã de Pedro Dias Paes Leme, pai de Fernão Dias Pais Leme. Luzia era cunhada de Maria Leite da Silva, cuja sobrinha, também Maria Leite, casou-se com Antônio Vieira Tavares, filho do capitão Diogo da Costa Tavares.

As afirmações do texto de Ernani Silva Bruno constam na bibliografia de sua obra “*Viagem ao País dos Paulistas*” e provem da publicação “*Os Municípios Paulistas*” de Eugênio Egas em 1925, realizada a pedido do então governador Washington Luís, utilizando parte das informações de Azevedo Marques:

“Segundo a tradição local, Estevam Lopes de Camargo erigiu em 1662 uma capella curada, elevada a freguesia em 1684; mas, porque estivesse em acesso difícil aos fiéis, mudaram-na para o local onde agora se acha sempre com a invocação de N.S. do Monte Serrat da Cutia. Atribui-se a construção da segunda capella aos notáveis sertanistas Fernão Dias Paes Leme e Gaspar de Godoy Moreira. Essa segunda capella foi elevada a freguesia em 1723, e a villa por lei provincial de 2 de Abril de 1856.” (na. 1. A data de elevação à freguesia não confere. 2. Desconsiderar o equívoco da inversão dos pressupostos fundadores das duas capelas. 3. Não houve outra elevação à freguesia da mesma freguesia).¹⁶⁴

//////////
¹⁶⁴ EGAS, Eugênio (org.). *Os Municípios Paulistas*. v. 1, XXVIII. São Paulo: Secção de Obras D’ “O Estado de São Paulo”, 1925. p. 599 *in* Biblioteca Digital Seade. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023106&parte=1>> Acesso: 08.nov.2020.

Cronologia



- 1514** – Num acordo entre a Santa Fé e a monarquia portuguesa, o papa Leão X delegou ao rei a administração e o financiamento de todas as atividades religiosas nos domínios portugueses.
- 1530** – Nas décadas que se seguiram, pelo desinteresse da Coroa Portuguesa, houve um acentuado declínio na colônia, com vilas, povoações e engenhos em poucas condições de prosperar.
- 1530** – Em 3 de dezembro, Martim Afonso de Souza partiu de Portugal.
- 1531** – Em 30 de Janeiro Martim Afonso de Souza chegou à Pernambuco, em 3 de março aportou na Bahia e em 30 de abril na Baía da Guanabara, chegando à Cananéia em 17 de agosto desse mesmo ano.
- 1531** – Com Martim Afonso de Sousa vieram João Pires, o Gago, natural do Porto e seu primo Jorge Pires, cavaleiro fidalgo. João Pires trouxe o filho, Salvador Pires casado com Maria Rodrigues, filha de Garcia Rodrigues e de Izabel Velho, também do Porto.

- 1532 – 22 de janeiro. Martim Afonso de Souza aporta em São Vicente e eleva o povoado à Vila.
- 1533 – Martim Afonso de Souza subiu ao planalto de Piratininga motivado pelas informações que indicavam o interior do continente através do planalto.
- 1546 – Fundação de Santos.
- 1552 – Espanhóis vindos de Assunção estavam usando o porto de São Vicente
- 1553 – Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, chegou à São Vicente.
- 1553 – Tomé de Souza subiu a Serra do Mar e elevou Santo André da Borda do Campo à Vila.
- 1533 – Os Pires se mudaram de São Vicente para Santo André da borda do Campo onde João Pires foi o primeiro Juiz Ordinário.
- 1554 – Rezada a missa inaugural do Colégio de São Paulo pelo padre Manuel de Paiva.
- 1557 – São Paulo, além da capela e do casebre que abrigava o colégio, possuía uma única palhoça.
- 1560 – Mem de Sá, segundo governador-geral do Brasil, transferiu Santo André para São Paulo.
- 1560 – O Padre Manuel da Nóbrega determinou ao Padre José de Anchieta que abrisse um novo caminho para a subida da Serra melhor que a trilha primitiva.
- 1561 – Carta ao Rei solicitando que o dízimo arrecadado fosse usado para fortificar a vila e pedindo degredados para povoar a terra.
- 1561 – Fundação de Conceição ou Itanhaém.
- 1562 – Em 16 de janeiro, Domingos Luiz Grou requereu ao capitão-mor que os moradores da vila fossem recolhidos por prever guerra contra os índios.

